

## UMA ABORDAGEM ARQUIVÍSTICA DOS RECORTES DE JORNAL

*An archival approach to newspaper clippings*

José Francisco Guelfi Campos<sup>1</sup> 

### RESUMO

Os recortes de jornal, presentes em arquivos de natureza institucional ou naqueles acumulados por indivíduos, impõem desafios teóricos e práticos a todas as etapas do tratamento documental. Este artigo explora alguns desses desafios, especialmente aqueles relacionados à descrição, com ênfase no reconhecimento das espécies e tipos documentais que caracterizam o material usualmente nomeado pela expressão genérica “recortes de jornal”. Para tanto, discute o estatuto documental dos recortes, na tentativa de enquadrar sua existência nos arquivos como o reflexo de uma prática social enraizada numa longa e rica tradição. Ainda, demonstra como os conceitos da diplomática podem ser articulados aos aportes de outros campos disciplinares, tais como o jornalismo, a comunicação social, a editoração e a linguística aplicada, o que resulta numa metodologia de análise por meio da qual se torna possível identificar, nomear e definir as espécies documentais derivadas da atividade jornalística encontradas nos arquivos sob o formato de recorte. Por fim, o trabalho apresenta definições de espécies documentais que podem ser empregadas na descrição unitária e serial dos recortes, e conclui apontando possíveis desdobramentos para a pesquisa, sobretudo no que diz respeito à manifestação das espécies ligadas ao jornalismo digital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Recortes de jornal. Tipologia documental. Diplomática arquivística. Descrição documental.

### ABSTRACT

Newspaper clippings are present in both institutional and personal archives, and they pose a whole set of challenges to all stages of archival processing. This paper explores some of those challenges, notably those related to the archival description, highlighting the importance of defining the names of the documentary forms that characterize the material usually identified as “newspaper clippings.” To do so, it discusses the archival status of the newspaper cuttings and

---

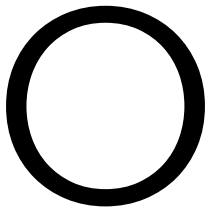
<sup>1</sup> Doutor e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, lecionando no curso de graduação em Arquivologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Diretor da Diretoria de Arquivos Institucionais da UFMG.



investigates their existence within the archives as a reflection of a rich, ancient tradition. Next, it demonstrates how the conceptual framework of diplomatics can be combined with concepts and notions from other fields of knowledge, such as the theory of journalism, editing, communication, and language studies, resulting in an analytical method that leads to the identification and definition of the names of the documentary forms. It also presents definitions of some documentary forms, which can be applied to the unitary or serial description. Finally, it points out possibilities for further research on the documentary forms derived from digital journalism.

**KEYWORDS:** Newspaper clippings. Documentary forms. Archival diplomatics. Archival description.

## 1 INTRODUÇÃO



s recortes de jornal, que podem ser encontrados tanto em arquivos de natureza institucional quanto nos conjuntos de documentos acumulados por indivíduos, desafiam os profissionais de arquivo em quase todas as etapas de seu ofício, da aquisição à difusão, da ordenação dos itens documentais à produção dos instrumentos de pesquisa. E não é raro observar, nos instrumentos descritivos, certas opções metodológicas equivocadas que se traduzem na mera reunião dos recortes em séries isoladas do restante do conjunto documental, quase sempre intituladas pelo formato ou pela técnica de registro.

Neste trabalho, pretendo discutir o estatuto arquivístico, por assim dizer, dos recortes de jornal, cujo reconhecimento bastaria para justificar que fossem submetidos a uma abordagem semelhante ao que se pratica para os demais documentos de arquivo, ou seja, um tratamento baseado na identificação dos tipos documentais e das funções, atividades ou dos eventos que justificaram sua acumulação. Para tanto, apoio-me nas reflexões desenvolvidas em minha tese de doutorado (CAMPOS, 2018), trabalho em que procurei articular o corpo de conceitos da diplomática geral aos aportes conceituais específicos de outros campos do conhecimento, entre os quais as ciências da comunicação e da linguagem, com o objetivo de identificar, nomear e definir as espécies documentais resultantes das diversas modalidades do relato jornalístico, com as quais podemos nos deparar nos arquivos sob o formato de recorte.



Para além da análise do processo de acumulação de recortes de jornal, entendido como reflexo de uma prática social ancorada numa longa e rica tradição, e da reflexão em torno da configuração do método e do objeto da diplomática, o estudo resultou num glossário ilustrado de espécies documentais capaz de, por um lado, auxiliar o profissional de arquivo na lida com os desafios que se impõem em parte do trabalho de descrição documental e, por outro, oferecer subsídios para que os historiadores e os demais usuários dos arquivos possam compreender melhor a natureza e a identidade dos itens que utilizam como fontes de pesquisa.

## **2 OS RECORTES DE JORNAL NOS ARQUIVOS E OS VESTÍGIOS DE UMA PRÁTICA SOCIAL**

Os recortes de jornal se apresentam ao profissional de arquivo de diversas maneiras. De um lado, a suposta ordem absoluta imposta pelo acumulador e potencialmente reveladora de certos traços de sua personalidade ou de sua rotina de trabalho, ou seja, itens colados em cadernos ou álbuns, reunidos em pastas, dispostos de acordo com a ordem cronológica, meticulosamente organizados por assunto ou pela ordem alfabética dos nomes de seus autores e, até mesmo, numerados. De outro, o caos aparentemente incontornável, porém não menos indiciário, dos recortes amontoados, dobrados, remendados por fitas adesivas, escondidos em envelopes insuspeitados, grampeados junto a outros documentos. Nenhuma destas situações, contudo, garante ao arquivista a possibilidade de compreender, ou ao menos iluminar, a razão pela qual os recortes resistiram à passagem dos anos. Ainda que possam estar presentes em fundos de origem institucional, cumpre reconhecer que os recortes de jornal tendem a ser abundantes nos arquivos pessoais, muitas vezes formando conjuntos bastante volumosos. A sobrevivência dos recortes, mesmo quando mantidos sob as piores condições de preservação, não deixa de ser fato curioso, uma vez que, pelo prisma de sua materialidade, o jornal não é feito para durar, pois seu suporte, papel de baixa qualidade e, por isso mesmo, muito ácido, costuma deteriorar-se tão rápido quanto o frescor dos conteúdos aos quais serve de veículo. As notícias também envelhecem – e



rápido, muito rápido. O jornalismo se rege pelo signo da atualidade e da instantaneidade.

De um modo ou de outro, o fato é que os recortes resistem – frágeis, amarelados, quebradiços –, para desespero de quem precisa, por dever de ofício, zelar por sua preservação em longo prazo. Não causa espanto, portanto, que os profissionais de arquivo se refiram a eles como uma “praga” ou um “pesadelo”, dado que, como bem sugeriram Ott, Tucker e Buckler (2006), nenhuma das soluções existentes no terreno da conservação preventiva é capaz de dar conta de todos os problemas. Não raro, para salvaguardar um caderno de recortes, cabe ao arquivista, contraditoriamente, destruí-lo, desmantelando-o em partes. É bem verdade, também, que os recortes representam “fatia pouco apreciada no conjunto de documentos acumulados por pessoas físicas” (CAMARGO, 2009, p. 29-30), muitas vezes recusados pelas instituições de custódia sob o argumento de que as informações neles contidas poderiam ser recuperadas nas hemerotecas e nos centros de documentação das próprias empresas jornalísticas.

Numa concepção mais rigorosa, o que define um documento dito “arquivístico” (ou, como prefiro, “de arquivo”) é sua qualidade de instrumento necessário ou subproduto – e nunca produto final – de uma atividade, como ilustra Antonia Heredia Herrera (1991, p. 123) ao tomar por exemplo os livros editados por um serviço de publicações em consequência de sua atividade-fim: os processos gerados na consecução da atividade de edição seriam, sim, os documentos de arquivo, mas jamais a obra publicada. Deste modo, poder-se-ia argumentar que os recortes de jornal, por se tratar dos resultados ou produtos da atividade finalística de seus produtores, não reuniriam, em sua gênese, as qualidades suficientes para a determinação de seu estatuto “arquivístico”. Parece-me conveniente enfrentar esta questão com alguma cautela, tendo em mente que o significado de um arquivo reside muito mais na lógica da acumulação, da constituição do conjunto, do que na “paternidade” dos itens que o compõem. Nessa perspectiva, quando fazem parte de um conjunto acumulado por uma dada entidade, seja ela pessoa física ou jurídica, os recortes de jornal podem adquirir um sentido específico que depende, essencialmente, dos atributos funcionais implicados no



contexto de acumulação e de uso, o que supera, em muito, o valor do conteúdo neles consignado.

Assim, aquilo que, em tese, não configuraria documento arquivístico “de nascença” para o seu produtor original (a empresa jornalística) – hipótese discutível, dado que os jornais mantêm em seus serviços de arquivo ou centros de documentação os produtos de sua atividade-fim, preservados para fins de consulta e referência (MOURA, 1968) – pode, sim, ser alçado, como que por “batismo”, se quisermos nos valer da metáfora de Chabin (1999), a esta condição em arquivos de outras naturezas e origens, na medida em que sejam capazes, quando articulados aos demais documentos do fundo, de espelhar as atividades, a trajetória, os interesses ou mesmo certos traços da personalidade da entidade que os acumulou. Afinal, isto não bastaria para torná-los, segundo a definição da própria Heredia Herrera (1991, p. 124), elos de uma cadeia que, vinculados aos documentos que o antecedem e o sucedem, compõem uma trama estrutural?

No que tange aos arquivos pessoais, a abundância de recortes de jornal descortina, por um lado, um horizonte instigante para a sondagem da manifestação de uma prática social ligada à acumulação de recortes, bem como de outros documentos “efêmeros”, que parece ser estimulada desde a infância, no âmbito tanto do espaço doméstico quanto das instituições escolares, hipótese que pode ser demonstrada pelo exame dos estudos nos campos da pedagogia e da psicologia, especialmente aqueles voltados para questões ligadas à alfabetização e ao desenvolvimento cognitivo e psicomotor. Como ferramenta educativa e moral, a prática do recorte já foi preconizada como um meio de “converter as crianças, de criaturas ferozes em bons cidadãos” (OTT; TUCKER; BUCKLER, 2006, p. 9, tradução minha) e como brincadeira tranquila, capaz de garantir às mães um pouco de sossego, como sugere matéria publicada, em 1956, no suplemento feminino de *O Estado de S. Paulo*:

[...] Está chovendo, seu filho não pode brincar lá fora. Tem apenas quatro anos, mas já sabe usar suas mãozinhas com certa habilidade. Dê-lhe uma tesoura de pontas redondas e experimente iniciá-lo na arte de recortar. Dê-lhe uma revista velha onde haja figuras de bichos, de objetos e de pessoas e mostre-lhe como deve fazer para cortar seguindo os contornos da figura. Ele se deliciará com este



novo brinquedo. Naturalmente seus primeiros trabalhos serão informes, mas na próxima vez ele será mais bem sucedido e ficará satisfeito e orgulhoso de si, quando a tesoura, agora melhor dirigida, não mutilar mais as figuras. Assim você o terá algumas dezenas de minutos tranquilo e entretido e para interessá-lo mais, arranje uma caixinha bonita para guardar seus recortes. Você pode variar este brinquedo comprando folhas de papel de cores vivas e um vidro de cola branca em pasta. Se puder levá-lo consigo à loja e deixá-lo escolher, ele mesmo, as cores do papel, será ótimo. [...] Uma vez em casa, dobre e corte as folhas de papel de modo a torná-las do tamanho das folhas de um caderno escolar comum. Junte as folhas e costure um dos lados. O pequeno terá, assim, o seu primeiro caderno de recortes, no qual ele mesmo colará as figuras que julgar mais bonitas. E você verá com que satisfação e entusiasmo ele o folheará. Pouco a pouco vá aumentando as dificuldades. À medida que ele fôr mostrando maior destreza, dê-lhe figuras mais difíceis de recortar. [...] É preciso que as mães se persuadam de que não são os brinquedos mais caros que trazem maior satisfação aos filhos. Aqueles que os obrigam a pensar, a raciocinar, a usar suas mãozinhas, além de seu valor educativo, proporcionar-lhes-ão maior alegria e serão os mais queridos (SAIBA COMO..., 1956, p. 6).

Compreender a acumulação de recortes de jornal como uma prática social implica perseguir os vestígios de sua manifestação, conferindo-lhe sentido histórico. Good (2013), por exemplo, vê no *album amicorum* – livro usado entre os séculos XVI e XVIII por estudantes europeus em suas viagens de formação, para coletar mensagens e desenhos inscritos por seus professores e colegas – o embrião dos cadernos de recortes que se tornaram tão populares na cultura ocidental, especialmente na América do Norte, a partir do século XIX, quando se coloca ao alcance da classe média uma gama fascinante de material impresso bonito, colorido e, sobretudo, barato. Na segunda metade dos oitocentos, o movimento de expansão da imprensa norte-americana, impulsionado pelos desenvolvimentos tecnológicos que influíram sobre as técnicas de produção e pelo alargamento da malha ferroviária, que ampliou a capacidade de distribuição, desempenhou papel duplamente importante. De um lado, contribuiu para o aumento exponencial do material impresso colocado à disposição dos aficionados pela distração de recortar e colar, satisfazendo uma demanda já existente e alimentando-a a ponto de fazê-la crescer e tomar a dimensão de uma febre popular. De outro, a ampliação desmesurada do número de jornais diários e revistas em circulação provocou um verdadeiro boom de fontes de informação, que se desdobrou na necessidade de organizá-las visando-se ao uso efetivo, problema notado e sentido por E.W. Gurley, autor de *Scrapbooks: how to make them*, manual publicado em 1880:



Notando sua própria inclinação para o colecionismo, ele [Gurley] atribuiu a febre pelos cadernos de recortes ao crescimento dos jornais, “de 2 nos tempos de Franklin a mais de 8000 em 1880”. “Todos nós lemos, mas podemos dizer que estamos bem informados?”, ele pergunta, e sua resposta é negativa. O problema poderia ser resolvido se “lêssemos com um propósito, procurássemos por algo específico e o guardássemos quando encontrado, e de nenhuma outra forma ele poderia ser tão bem preservado como nas páginas de um bom caderno de recortes.” (OTT; TUCKER; BUCKLER, 2006, p. 9, tradução minha).

Sem perder seu caráter recreativo, o ritual de recortar, colar e guardar recortes de jornal, precedido - e ao mesmo tempo resultante - da prática de leitura, adquire uma nova função social ligada à satisfação das necessidades informacionais dos indivíduos.

Quando transportados para o universo dos arquivos, os recortes de jornal, tomados enquanto documentos reunidos para referência futura ou recirculação, já não gozam da autonomia de sentido que ostentavam em seu meio genético originário. Na qualidade de componentes de um todo articulado e solidário, os recortes, estejam eles soltos ou encadernados, vão extrair seu sentido, sua autenticidade e sua unicidade da condição orgânica e do contexto imediato que determina sua acumulação. O sentido de cada recorte se constrói, portanto, nas relações explícitas e implícitas com os demais recortes, com os outros itens que integram um mesmo álbum ou caderno, com outros documentos que participam da mesma atividade e, no limite, com o arquivo como um todo, como demonstram alguns exemplos concretos analisados em trabalho anterior (CAMPOS, 2018).

Para além dos problemas relacionados à conservação preventiva, o reconhecimento dos recortes de jornal como documentos de arquivo se desdobra, por um lado, na necessidade de nomeá-los adequadamente, isto é, identificar as espécies e os tipos documentais, e, por outro, no compromisso de contextualizá-los segundo os atributos funcionais determinados pelas circunstâncias de sua acumulação. Aparentemente triviais, estas duas operações permitirão, quando da classificação e da descrição, reunir os documentos em séries - entendidas como “sequência[s] de unidades de um mesmo tipo documental” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 76) - e compreender o lugar lógico que ocupam na estrutura do arquivo.



Esse lugar lógico corresponde ao contexto originário dos documentos, ou seja, a atividade, o evento, a esfera de ação ou de interesses que motivou sua acumulação, compreendidas também as circunstâncias de uso e reuso dos documentos. Nos arquivos pessoais, a definição do contexto depende, evidentemente, do estudo da biografia do titular do fundo e da compreensão da relação existente entre os itens documentais e os episódios que constituem sua trajetória de vida. Neste sentido, a adoção de modelos de arranjo pré-moldados – aqueles que se orientam por divisões supostamente universais, como “documentos pessoais”, “correspondência”, “produção intelectual” e “diversos” – acaba por relegar os recortes de jornal a uma posição marginal, apartando-os do conjunto documental em rubricas (des)classificadoras do tipo “recortes”, relacionada ao formato, “impressos”, designativa da técnica de registro, ou “produção intelectual de terceiros”. Esta última categoria, presente em inúmeros inventários de arquivos pessoais, parece-me especialmente equivocada, pois, ao tomar o atributo da “autoria” dos documentos como chave da classificação, faz supor que tudo aquilo que não seja da lavra do próprio titular do arquivo não participa de suas atividades rotineiras e, no limite, não se enquadra no escopo do todo orgânico que qualifica o conjunto documental.

A opção por apartar os recortes de jornal em séries supostamente autônomas em relação ao restante do arquivo reitera a dificuldade de reconhecer seu estatuto documental, ou seja, entendê-los como instrumentos ou subprodutos das atividades do indivíduo que os acumulou ou como testemunhos de seus interesses e dos eventos por ele vivenciados. Mas, a isso se soma outro problema. A análise dos instrumentos de pesquisa revela, também, certas estratégias que reduzem a nomeação destes itens documentais à adoção de termos genéricos – “matéria”, “recorte”, “texto”, geralmente seguidos da preposição “sobre” introduzindo um resumo de conteúdo – ou aos elementos que compõem a referência bibliográfica, como se a autoria, o título e a data de publicação pudessem substituir a espécie documental ou mesmo induzir a sondagem do potencial informativo destes documentos (CAMPOS, 2018).

Ora, se no processo descritivo o profissional de arquivo procura reconhecer as espécies e os tipos pelos quais se identificam os itens documentais, então por que para





nomear os recortes recorre-se a artifícios que em vez de iluminarem a especificidade dos documentos, acabam por ofuscá-la?

“Documentos pessoais”, “correspondência” e “recortes de jornal” são alguns exemplos de termos coletivos e genéricos, recorrentes nos instrumentos de pesquisa para designar certos conjuntos de documentos de natureza supostamente semelhante. Este artifício, que parece simplificar o trabalho do arquivista, transforma-se, no entanto, em armadilha perigosa, na medida em que obscurece todo um leque de espécies e tipos documentais que se manifestam nas esferas da identificação civil, dos atos de relação e das matérias publicadas na imprensa periódica, documentos que, ainda que possam guardar certas afinidades relativas ao formato ou à funcionalidade, ostentam estruturas formais e semânticas próprias, além de características típicas que lhes conferem identidade e que os tornam, portanto, diferentes entre si.

Como bem observou o professor Manuel Vázquez (1987), assim como não existem homens em abstrato, e sim homens e mulheres, não existem documentos em abstrato, mas tipos documentais. Resta, portanto, a pergunta: como nomear os documentos usualmente rotulados, de modo genérico, como “recortes de jornal”?

### **3 A DIPLOMÁTICA E OS RECORTES DE JORNAL**

Desde seu surgimento, no século XVII, até os nossos dias, a diplomática experimentou importantes transformações em seu objeto e em sua finalidade. Adaptação moderna para a expressão latina *res diplomatica*, a arte fundada pelo beneditino Dom Jean Mabillon consistia, originalmente, na análise crítica dos “diplomas”, termo usado no Império Romano para designar os documentos exarados pelo imperador ou pelo senado e que, com o tempo, foi alargando-se para encampar também os documentos produzidos pelas demais autoridades soberanas e, por fim, todos os documentos revestidos de alto grau de solenidade (DURANTI, 1989; ROMERO TALLAFIGO, 1994). Contudo, a crise do Antigo Regime e o advento de uma historiografia voltada para a reconstituição do passado dos vários Estados nacionais em consolidação na Europa marcaram a reorientação do propósito dos estudos diplomáticos: a disciplina



cruzou o século XIX e chegou ao XX na condição de “serva modesta da história”, orgulhosa, porém, por gozar da “objetividade calma e serena” que lhe permitia chegar a “resultados incondicionalmente respeitados”, como defendeu Schiaparelli (1909), em discurso proferido na Faculdade de Letras da Universidade de Florença.

Com a renovação dos estudos históricos, notadamente a partir da Escola dos Annales e sua nova erudição calcada na perspectiva da ampliação do leque de fontes à disposição dos historiadores e das novas estratégias para abordá-las, não tardou para que os primeiros sinais de um mal-estar começassem a se manifestar em certos círculos de diplomatas europeus, o que os levaria a questionar o objeto e a finalidade de seu trabalho. Com efeito, a literatura especializada reconhece, quase unanimemente, a eclosão de uma crise de esgotamento da diplomática em meados século XX, ainda que existam, neste debate, vozes dissonantes que defendem a manutenção do caráter histórico, filológico e essencialmente medievalista da disciplina (GHIGNOLI, 2007). Fato é que os debates que se desenrolaram na esteira da crise - real ou imaginada - dos anos 1960 ofereceram as condições para que a diplomática, ao descolar-se da história, mirando a conquista da tão desejada autonomia, fosse aproximar-se de outro campo disciplinar: o da arquivística.

Se, naquele momento, Robert-Henri Bautier, inspirado pela sugestão levantada cerca de trinta anos antes pelo jurista francês Auguste Dumas, defendia a ampliação do objeto material da diplomática na direção dos documentos arquivísticos - “não é sobre seu aspecto ou conteúdo jurídico que convém insistir, mas sobre a característica que verdadeiramente têm em comum, o fato de que, em todo caso, eles são documentos de arquivo” (BAUTIER, 1961, p. 208-209, tradução minha) -, anos mais tarde, já no limiar da última década do século XX, Luciana Duranti (1989) definiu o objeto da disciplina como todo documento escrito, isto é, todo aquele que resulte da expressão de ideias sob uma forma objetivada (documentária) e sintática (orientada, portanto, por regras de disposição), sem restringi-lo, necessariamente, ao gênero textual. O francês Bruno Delmas (2010), por seu turno, foi ainda mais longe, partindo da constatação da multiplicidade de suportes e gêneros em que se manifestam os documentos nos dias de hoje para defender, em seu “Manifesto por uma diplomática contemporânea”, a



transição do objeto material da disciplina e a ampliação de seu campo de aplicação na direção da informação orgânica.

A versatilidade do método diplomático vem sendo demonstrada em estudos recentes que comprovam sua utilidade como ferramenta para o quefazer arquivístico. Contudo, ainda que o corpo de conhecimentos e o método da diplomática, devidamente renovados, venham sendo aplicados a uma gama cada vez mais ampla de documentos, o objeto da disciplina não deixou de ser o “documento institucional”, como o define Delmas (2010), originado no seio das rotinas administrativas e quase sempre derivado de fatos juridicamente relevantes.

Já no que tange aos arquivos pessoais, a aplicação da diplomática se mostra ainda muito tímida, mesmo que esta possibilidade tenha sido aventada por Duranti (1989, p. 15, tradução minha), ao reconhecer que “os hábitos sociais tendem a penetrar todos os aspectos da vida humana”. Ana Maria Camargo (1998), por seu turno, ao analisar um documento dos mais inusitados, típico daquilo que se encontra nos conjuntos de documentos acumulados por indivíduos, demonstrou como a manifestação de fórmulas estereotipadas – dadas pelos usos, costumes e códigos sociais – permite reconhecer a relação singular entre o documento e as ações para as quais ele serve de veículo. Estas fórmulas, entre outros elementos, conferem aos documentos uma estrutura típica, pela qual é possível aproximá-los no que diz respeito aos seus atributos funcionais e, conseqüentemente, associá-los no plano da tipologia documental.

O recorte de jornal, “cuja linguagem permanece abaixo do limiar de percepção do direito” (YEO, 2017, p. 103, tradução minha), ocupa posição naturalmente marginal e problemática no contexto do interesse primário dos diplomatas. No entanto, no dizer de Duranti:

[...] os instrumentos oferecidos pela teoria diplomática também podem ser utilizados para analisar documentos que contenham fatos juridicamente irrelevantes, desde que tenham sido produzidos de acordo com um procedimento, uma rotina ou um hábito e no contexto de uma atividade prática (DURANTI, 1989, p. 16, tradução minha).



Considerando, por um lado, o jornalismo como “atividade humana caracterizada” (BELTRÃO, 1964) que se desenvolve sob um conjunto estruturado de regras, rotinas e procedimentos, e, por outro, a diplomática especial como o braço da disciplina em que seus princípios teóricos (diplomática geral) “são individualizados, desenvolvidos e esclarecidos a partir de sua aplicação a documentos isolados, concretos, reais e facilmente exemplificáveis, em lugar de uma documentação abstrata e atípica” (DURANTI, 1989, p. 9, tradução minha), procurei articular o corpo de conceitos da diplomática geral aos aportes teóricos e conceituais de outros campos disciplinares – a arquivística, a editoração, a teoria do jornalismo e as ciências da comunicação e da linguagem – para abordar, pelo prisma da identificação das espécies e dos tipos documentais, os recortes de jornal.

A investigação das rotinas e da própria organização do trabalho jornalístico, fundamentada em ampla revisão de literatura de diferentes matizes, notadamente as tradições brasileira, espanhola e americana, resultou na compreensão da natureza das diferentes modalidades do relato jornalístico e na definição das categorias nas quais elas pudessem ser enquadradas. Se a diplomática categoriza os documentos de acordo com a gradação da representatividade jurídica de seu conteúdo (BELLOTTO, 2008) ou com a dinâmica do ambiente organizacional, como sugeriu Gagnon-Arguin (1998) em seu estudo sobre a produção documental no âmbito das entidades de direito privado, no que tange aos recortes de jornal as categorias podem ser estabelecidas, como propuseram Melo (2003) e Costa (2008), segundo o propósito comunicacional e a natureza estrutural dos relatos. Deste modo, as unidades textuais publicadas em jornal acabariam agrupadas de acordo com as principais funções do jornalismo, em categorias indicativas dos efeitos produzidos quando transmitidas ou comunicadas: informar, opinar, interpretar, prestar serviço (isto é, orientar a tomada de decisões sobre aspectos práticos do cotidiano) e entreter o leitor. A distribuição que se vê abaixo, embora não seja exaustiva, demonstra a viabilidade desta estratégia de categorização. Contudo, permite vislumbrar também algumas de suas limitações, especialmente no que diz respeito à ambiguidade de certas espécies que, por natureza, oscilam entre mais de uma



categoria e ao enquadramento do conteúdo cuja natureza não seja essencialmente jornalística.

- **Informativos** - chamada, coluna, efemérides, entrevista, errata, foto-legenda, necrológio, nota, notícia, reportagem, reportagem fotográfica.
- **Opinativos** - artigo, carta, cartum, charge, comentário, crítica, editorial, enquete, nota, *suelto*.
- **Interpretativos** - análise, artigo, coluna, *suelto*.
- **Utilitários** - anúncio, aviso, carta-consulta, cotação, guia, previsão do tempo, programa, sinopse.
- **Recreativos** - anedota, charada, conto, crônica, folhetim, horóscopo, palavras cruzadas, passatempo, poema, receita, tira.

Segundo a diplomática, todo documento comunica seu conteúdo por meio de regras de representação que se traduzem tanto na aparência física (elementos extrínsecos) quanto nas fórmulas de redação que determinam a articulação intelectual do conteúdo a ser transmitido (elementos intrínsecos) (DURANTI, 1989). Para identificar os caracteres externos dos recortes de jornal, cumpre estudar os recursos das artes gráficas, as técnicas de composição tipográfica, a diagramação e os meios de ilustração, elementos utilizados para enriquecer as matérias jornalísticas, delimitar espaços, embelezar as páginas e, sobretudo, para conferir a cada jornal uma identidade visual própria. Além disso, convém ainda observar atentamente os traços das práticas de leitura (grifos, anotações) e, quando possível, os vestígios do modo pelo qual os recortes foram organizados originalmente pelo titular, potencialmente sugestivos das formas de uso dos documentos e, portanto, do sentido que adquirem no conjunto mais amplo do arquivo.

Já os caracteres internos, ou seja, aqueles que respondem pela articulação intelectual do conteúdo dos documentos, podem ser identificados por meio do estudo do estilo da escrita jornalística. A produção das notícias, bem como dos demais tipos de relatos estampados nas páginas dos jornais diários, obedece a um *modus faciendi* que lhes confere identidade e estruturas específicas. Toda notícia, como bem pontuou Mar



Fontcuberta (1981), requer um desenvolvimento estruturado que, em sua forma mais básica, compõe-se de: *lead* (a ideia principal), material explicativo (elaboração e ampliação da ideia principal), *background* (material contextual, se necessário) e material secundário (subtemas ou informação complementar) (MENCHER, 2011). De modo análogo à lógica de análise da diplomática, é possível observar a distribuição destes elementos no interior do relato jornalístico segundo uma partição típica, composta, de acordo com o jargão do jornalismo, pela “cabeça” (protocolo inicial), pelo “corpo” (texto) e pelo “pé” (protocolo final).

Os elementos extrínsecos e intrínsecos dos relatos jornalísticos, especialmente aqueles que se manifestam em sua forma mais básica (a notícia), foram definidos e ilustrados em trabalho anterior (CAMPOS, 2018) e podem ser sintetizados no seguinte roteiro analítico:

#### *Elementos externos (ou extrínsecos)*

- Material: suporte; formato.
- Diagramação: leiaute; tipografia.
- Arte: recursos de destaque, de ornamentação gráfica e de ilustração.

#### *Elementos intermediários*

- Espécie/tipo documental
- Categoria documental

#### *Elementos internos (ou intrínsecos)*

- Cabeça (protocolo inicial): título(s); crédito(s); abertura (nariz de cera, *lead/sublead*).
- Corpo (texto): explicação; contextualização; complementação.
- Pé (protocolo final): conclusão.

## **4 UM GLOSSÁRIO DE ESPÉCIES DOCUMENTAIS**



Partindo da metodologia da diplomática e combinando o corpo de conhecimentos desta disciplina com aportes de outras áreas do saber, foi possível demonstrar a possibilidade de reconhecer o funcionamento de uma lógica específica na redação dos relatos jornalísticos, o que resultou num roteiro de análise dos elementos externos e internos que, quando articulados, conferem identidade a estes relatos e, conseqüentemente, permitem a definição de um nome próprio que corresponda à espécie documental, isto é, o “elemento taxonômico relacionado ao documento e anterior ao tipo propriamente dito”, a “configuração que assume um documento segundo a disposição e a natureza das informações nele contidas, considerando como informação não apenas seu conteúdo temático, mas também todos os seus caracteres diplomáticos externos e internos” (BELLOTTO, 2018, p. 447-448, tradução minha).

Ocorre que os jornais diários não se compõem apenas de notícias, mas de um conteúdo bastante variado que revela todo um leque de espécies documentais que excedem, em muito, o escopo das modalidades de relato puramente jornalísticas. A construção de um glossário das espécies que podem ser encontradas nos arquivos sob o formato de recorte se deu na interação de um duplo movimento. Inicialmente, parti da revisão da literatura especializada para identificar os termos usados por profissionais e estudiosos para nomear as unidades textuais resultantes da atividade jornalística. Como estas fontes, no entanto, foram capazes de revelar apenas as espécies mais consagradas e de aparição mais frequente, procedi, também, à análise de edições completas de dois periódicos paulistas (*O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*) publicadas entre os anos de 1930 e 2000, contemplando, inclusive, os seus suplementos (agrícola, feminino, infantil e literário), o que resultou numa ampliação considerável do rol de espécies documentais.

Estabelecidos os termos indicativos das espécies documentais e identificados os casos de sinonímia e quase-sinonímia, passei à elaboração das definições, baseando-me no cotejo daquelas obtidas em dicionários especializados das áreas de jornalismo, comunicação e linguística aplicada (gêneros textuais), nas diferentes edições dos manuais de redação de três grandes jornais brasileiros (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*) e na bibliografia dos campos da teoria do jornalismo e da comunicação



social. Sempre que cabível, as definições foram visualmente ilustradas com exemplos da estrutura da espécie documental e de suas eventuais mudanças ao longo do tempo.

Para além do exercício de estabelecer definições, uma preocupação constante no processo de constituição do glossário foi identificar e ponderar as condições de sua aplicação no processo de descrição documental, o que me levou a sugerir algumas estratégias de simplificação para o reconhecimento e para a denominação de certas espécies, especialmente aquelas cuja identificação depende de análise minuciosa da morfologia do jornal, isto é, do espaço que originalmente ocupavam no interior da página e da relação que mantinham com o conteúdo publicado ao seu redor, algo raro quando se trabalha com material fragmentado, como o que costuma ocorrer com os recortes. Neste sentido, propus, ainda, alguns artifícios para a descrição serial de recortes acumulados em função de um mesmo contexto originário, tendo em conta que o tratamento documental geralmente se desenvolve sob um conjunto de fatores que nem sempre podem ser previstos ou contornados pelos profissionais de arquivo, como a urgência dos prazos, diferentes níveis de capacitação entre os componentes das equipes de trabalho, além do perfil do próprio arquivo e da instituição que responde por sua custódia. Em certos casos, nada compromete a adoção consciente de tais estratégias de simplificação; em outros, contudo, pode ser conveniente investir mais tempo e esforço para alcançar maior grau de fidelidade à identidade das espécies documentais. Assim, em lugar de receituário ou “camisa de força”, o glossário se pretende um instrumento rigoroso, capaz de amparar o profissional de arquivo, mas, ao mesmo tempo, flexível, na medida em que oferece um conjunto de alternativas que estimulam a autonomia do arquivista no processo de tomada de decisão, diante da reflexão acerca das circunstâncias que influenciam ou condicionam sua própria prática profissional.

A seguir, uma pequena seleção de termos definidos no glossário (CAMPOS, 2018), alguns deles pertinentes para a descrição serial e outros indicativos de algumas das espécies relacionadas ao universo das matérias de natureza mais propriamente jornalística, especialmente aquelas enquadradas na categoria dos relatos informativos.





**ÁLBUM DE RECORTES** - Reunião, em volume encadernado (álbum, caderno, livro), de matérias extraídas de jornais e outros produtos da imprensa periódica. Pela variedade de espécies que abriga, não raro relacionadas a diferentes contextos originários (atividades, eventos ou áreas de interesse do titular), é preferível proceder à descrição unitária dos documentos, considerando o volume encadernado como mero invólucro ou unidade de armazenamento. A descrição coletiva, no entanto, pode ser adotada como artifício de simplificação da descrição nos casos em que o contexto que presidiu a acumulação de todos os itens coincide. Ver também **coletânea, fortuna crítica, noticiário**.

**COLETÂNEA** - Conjunto de itens de mesma espécie documental, de procedência e/ou autoria iguais ou diversas. Trata-se de artifício para a descrição coletiva, cujo uso se justifica nos casos em que é possível identificar, no conjunto, um mesmo contexto originário (atividade, evento ou área de interesse do titular) que presidiu a acumulação dos documentos. Deve-se, neste caso, indicar, sempre no plural, a espécie documental que caracteriza a coletânea (coletânea de **artigos**, de **charges**, de **editoriais** etc.). Ver também **álbum de recortes, fortuna crítica, noticiário**.

**COLUNA** - Seção especializada, de caráter informativo e/ou opinativo, publicada regularmente e destinada à cobertura de assunto específico (cultura, economia, política, sociedade etc.), em que se reúne material de natureza diversa (**charges, notas, notícias, foto-legendas**). É geralmente assinada, dotada de título permanente e ocupa espaço fixo em determinada página do jornal.

**FORTUNA CRÍTICA** - Conjunto de críticas a respeito de um artista ou de uma obra. Ver também **coletânea**.

**NOTA** - Relato conciso e breve, de caráter informativo e raramente assinado, de um fato da atualidade já concluído, em desenvolvimento ou em vias de acontecer. Quando integra uma **coluna**, seu teor pode exceder o puramente factual, oscilando



entre o caráter interpretativo e opinativo. Ver também **nota da redação, nota de falecimento, notícia, suelto**.

**NOTÍCIA** - Relato de caráter informativo, assinado ou não, de acontecimentos ou fato atual que se supõe de interesse coletivo. Caracteriza-se pela objetividade, traduzida em frases e parágrafos curtos e diretos, vocabulário de fácil compreensão e ausência de qualificativos ou juízos de valor. Sua estrutura básica é geralmente composta de título, crédito, abertura (redigida sob a forma de nariz de cera ou lide), desenvolvimento (explicação, contextualização e complementação do fato) e conclusão. Pode ser classificada em função do tempo e do modo como ocorre (prevista ou imprevista) e quanto à procedência (local, regional, nacional ou internacional), embora isso não altere a denominação da espécie documental. Ver também **nota, noticiário, reportagem**.

**NOTICIÁRIO** - Conjunto de **notas, notícias** e/ou **reportagens** de procedência diversa, relacionadas a um mesmo contexto originário, que nos arquivos podem ser encontradas soltas ou previamente reunidas em álbum, caderno, livro, pasta ou outros invólucros. Pode-se admitir o uso do termo como artifício para simplificar a descrição de conjuntos volumosos de documentos, desde que os itens tenham sido acumulados em razão de uma mesma atividade, área de interesse ou de um mesmo evento. Diz-se também *clipping*, embora seja preferível adotar o termo em português. Ver também **álbum de recortes, coletânea, fortuna crítica, obituário**.

**OBITUÁRIO** - Conjunto de **anúncios fúnebres** e **notas de falecimento**, publicado em seção específica do jornal. Ver também **necrológio**.

**REPORTAGEM** - Relato alentado, de caráter informativo e assinado, de acontecimentos, fato ou fenômeno atual que se supõe de interesse coletivo. Destina-se, usualmente, à cobertura de fato de grande impacto e caracteriza-se pela pretensão de exaustividade, propondo uma sequência investigativa não apenas das



origens, mas também das razões e dos efeitos do acontecimento ou fenômeno relatado. Sua estrutura é semelhante à da notícia, porém mais extensa, com abundância de material explicativo, contextual e complementar. Ver também **biografia, noticiário, reportagem fotográfica**.

## 5 DESDOBRAMENTOS

Por meio do exercício de articulação, adaptação e transposição de conceitos, noções e referenciais teóricos e metodológicos da arquivística, da diplomática e dos estudos da comunicação e da linguagem, foi possível demonstrar a flexibilidade da crítica diplomática e a possibilidade de aplicá-la no estudo de documentos que escapam ao domínio dos fatos juridicamente relevantes ou das rotinas administrativas e que, portanto, encontram-se à margem de seu campo de aplicação historicamente constituído.

Esse esforço resultou na elaboração de um glossário ilustrado de espécies documentais composto por 88 verbetes (64 dos quais definidos como termos preferenciais e os demais incluídos como termos remissivos), evidenciando a multiplicidade do conteúdo publicado em jornal e que pode ser encontrado, nos arquivos, sob o formato de recorte. Foi possível, ainda, demonstrar a possibilidade de nomear os recortes de maneira coerente, a exemplo do que geralmente se procura fazer com os demais documentos que integram os arquivos.

Contudo, não pude, no escopo deste estudo, cobrir os produtos derivados do jornalismo digital, os quais, diante das novas práticas de leitura, de produção e de acumulação documental, tendem a aparecer nos arquivos sob a feição de atalhos salvos nos navegadores de internet, *links* compartilhados em redes sociais e nos aplicativos de comunicação instantânea ou mesmo copiados em discos rígidos ou outros dispositivos de armazenamento. Esta nova realidade, que aos poucos começa a se desnudar nos arquivos pessoais, introduz questões instigantes para desdobramentos da pesquisa. As inovações do jornalismo digital terão força suficiente para revelar o surgimento de novas



espécies documentais? Ou darão apenas outra roupagem às espécies já conhecidas, conferindo-lhes aspecto supostamente inovador?

Frente ao desafio de compreender as novas fisionomias e extensões dos arquivos, enfrentar as questões relativas à preservação em longo prazo e garantir o acesso aos documentos, permanece o compromisso de reconhecer, nomear e definir adequadamente as espécies e os tipos documentais. O que vale ressaltar é que ao profissional de arquivo compete - e competirá sempre - dar nome aos documentos e enquadrá-los em seu meio genético, perseguindo a trilha que os liga aos seus contextos de produção, uso, acumulação e, em muitos casos, reuso ao longo do tempo. Neste sentido, os estudos de tipologia documental renovam constantemente seu interesse e sua atualidade.



## REFERÊNCIAS

- BAUTIER, Robert-Henri. Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à l'École des Chartes (20 octobre 1961). **Bibliothèque de l'École des Chartes**, Paris, n. 119, p. 194-225, 1961. Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/bec\\_0373-6237\\_1961\\_num\\_119\\_1\\_449619](http://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1961_num_119_1_449619)>. Acesso em: 28 fev. 2017.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Concepto de especie documental como antecedente al tipo en la teoría archivística. **Boletín ANABAD**, Madrid, v. 68, n. 3-4, p. 446-455, 2018.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- BELTRÃO, Luiz. **Técnica de jornal**. Recife: Instituto de Ciências da Informação, 1964.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. 3. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.
- CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Recortes de jornal: da prática social aos arquivos**. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04042019-125418/pt-br.php>>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- CHABIN, Marie-Anne. **Je pense donc j'archive: l'archive dans la société de l'information**. Paris: L'Harmattan, 1999.
- COSTA, Lailton Alves da. **Teoria e prática dos gêneros jornalísticos: estudo empírico dos principais diários de cinco macro-regiões brasileiras**. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.
- DELMAS, Bruno. Manifesto por uma diplomática contemporânea. In: DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê? Textos escolhidos**. Tradução Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010, p. 125-182.
- DURANTI, Luciana. Diplomatics: new uses for an old science (Part I). **Archivaria**, Ottawa, v. 28, p. 7-27, Summer 1989.
- FONTCUBERTA, Mar de. **Estructura de la noticia periodística**. 2. ed. Barcelona: ATE, 1981.
- GAGNON-ARGUIN, Louise. **Typologie des documents des organisations: de la création à la conservation**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1998.
- GHIGNOLI, Antonella. Diplomatica. In: GUERRINI, Mauro (ed.). **Biblioteconomia: guida classificata**. Milano: Editrice Bibliografica, 2007, p. 908-914.
- GOOD, Katie Day. From scrapbook to Facebook: A history of personal media assemblage and archives. **New Media & Society**, v. 15, n. 4, p. 557-573, 2013.



- HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general:** teoría y práctica. 5. ed. actualizada y aumentada. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991.
- MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MENCHER, Melvin. **News Reporting and Writing.** 12. ed. New York: McGraw-Hill, 2011.
- MOURA, Washington José de Almeida. Atualidade dos estudos de biblioteca e arquivos jornalísticos. **Comunicações e Problemas,** Recife, v. 3, n. 2/3, p. 56-62, dez. 1968.
- OTT, Katherine; TUCKER, Susan; BUCKLER, Patricia P. An Introduction to the History of Scrapbooks. In: OTT, Katherine; TUCKER, Susan; BUCKLER, Patricia P (eds.). **The Scrapbook in American Life.** Philadelphia: Temple University Press, 2006.
- ROMERO TALLAFIGO, Manuel. Ayer y hoy de la Diplomática, ciencia de la autenticidad de los documentos. In: CARUCCI, Paola et al. **Documento de archivo de gestión:** diplomática de ahora mismo. Carmona: S&C, 1994, p. 11-49.
- SAIBA como entreter os seus filhos. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 7 set. 1956. Suplemento feminino, p. 6.
- SCHIAPARELLI, Luigi. Diplomatica e storia. **Annuario del R. Istituto di Studi Superiori, Pratici e di Perfezionamento in Firenze,** Firenze, p. 3-31, 1909. Disponível em: <<http://www.scrineum.it/scrineum/biblioteca/schiaparelli-1909.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- VÁZQUEZ, Manuel. Reflexiones sobre el término "tipo documental". In: **De archivos y de archivistas:** homenaje a Aurelio Tanodi. Washington: OEA, 1987, p. 177-185.
- YEO, Geoffrey. Information, records, and the philosophy of speech acts. In: SMIT, Frans; GLAUDEMANS, Arnould; JONKER, Rienk (ed.). **Archives in Liquid Times.** 's-Gravenhage: Stichting Archiefpublicaties, 2017, p. 92-118.

---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.

